

Sobre espalhamento e convergência no âmbito dos movimentos sociais: relações entre mídias de massa e mídias sociais

Maria Clara Aquino Bittencourt¹
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo

A partir do cenário de protestos que se espalharam pelo Brasil em 2013, propõe-se um debate pautado pelo tensionamento sobre as apropriações das mídias sociais feitas não só por movimentos sociais, manifestantes e cidadãos comuns, mas também pela mídia de massa. O objetivo é dar início a uma discussão sobre as transformações relacionadas a circulação midiática no âmbito dos movimentos sociais, a partir de uma reflexão sobre questões referentes à convergência midiática e ao espalhamento (JENKINS, FORD E GREEN, 2013) dos conteúdos produzidos por atores diversos em um espaço de fluxos que perpassa não apenas pelas mídias sociais e nem somente pelas mídias de massa, mas que engloba ambas, em um movimento de reconfiguração de práticas nos níveis técnico, social e cultural.

Palavras-chave

Convergência, espalhamento, mídias sociais, mídias de massa, movimentos sociais.

Questões de Espalhamento e Convergência

Foi antes da explosão das audiências de sites de redes sociais como Facebook e Twitter que a ideia de espalhamento de informação através da internet passou a ser possível e efetivamente verificada. A própria noção de hipertexto fornece oportunidades de distribuição e compartilhamento tão características do presente contexto comunicacional. É fato, no entanto, que somente a partir do início dos anos 2000, mecanismos de participação e compartilhamento de conteúdos passaram a se proliferar na rede, potencializando práticas anteriores ao surgimento da internet e gerando novas formas de comunicação e interação.

Vive-se, cada vez mais, em um ambiente marcado pela presença da tecnologia e pelas possibilidades de conexão e, com base na perspectiva tecnopolítica de Toret (2012, online) – definida como uma “articulação entre o uso estratégico das tecnologias de comunicação para a ação e organização coletiva” - há que se pensar nas reconfigurações não apenas políticas decorrentes de um levante de mobilizações em diversas partes do mundo, mas também técnicas, sociais e culturais que se esvaem por práticas e comportamentos baseados nos usos e apropriações dessas tecnologias para a comunicação entre e sobre os movimentos sociais.

A partir das transformações dos processos comunicacionais, os movimentos sociais (GOHN, 2004) enxergam possibilidades de fortalecimento de suas habilidades de articulação e estratégias de visibilidade, reconfigurando não apenas suas formas de

¹Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
E-mail: aquino.mariaclara@gmail.com

organização como também sua paleta de ações, a partir do uso das tecnologias digitais de comunicação. A mobilização através de redes sociais e plataformas digitais reflete uma cultura de organização coletiva que se caracteriza por princípios de horizontalidade, engajamento cívico, social e político, e que se fortalece além das redes digitais em diversos países, sob diferentes formas de manifestações, protestos e movimentos: a Primavera Árabe (2010); os desdobramentos do Occupy Wall Street (2011), nos Estados Unidos; a ocupação do parque Gezi, na Turquia, que se espalhou pelo país (2013) e no Brasil os protestos que iniciaram contra o aumento da passagem em Porto Alegre² e se desdobraram por mais de uma centena de cidades brasileiras, que expandiram o leque de reivindicações pela transformação no país.

A produção de conteúdo por parte desses movimentos, vários e muitas vezes desconectados entre si, vem modificando não apenas a maneira como mobilizações e ações coletivas passam a ser organizadas, mas as práticas comunicacionais sobre como os movimentos se reportam para a sociedade e sobre como a mídia de massa lida com essa produção de conteúdo alheia ao seu controle direto e, ao mesmo tempo, paralela ao que é veiculado na televisão, no rádio e nos jornais. Ao lado dos choques de interesses que movem a mídia de massa, os partidos políticos, os movimentos e os manifestantes – muitos destes declaradamente desvinculados de qualquer partido político – há um conflito de posicionamentos que, se nos anos 80 e 90 não alcançava visibilidade suficiente nos meios de massa, hoje se espalha pela rede, sob múltiplos formatos midiáticos, com cada vez mais velocidade e representatividade, questionando a mídia dos grandes veículos de comunicação através da produção independente de conteúdo, ao mesmo tempo em que embaralha ainda mais o cenário opinativo e interpretativo sobre o que se passa no país.

O uso diário das mídias sociais como espaços de publicação e consumo de informações é feito a partir de uma seleção de perfis e páginas a serem seguidos, e cada indivíduo define um cenário de publicações a seguir de acordo com seus valores e preferências pessoais. No contexto dos protestos ocorridos a partir de junho no Brasil, percebe-se uma diversidade de atores utilizando as mídias sociais para a exposição de conteúdos dos mais diversos formatos e naturezas, configurando assim um processo de convergência que se constitui não apenas em um nível técnico, no sentido de que há uma pluralidade ferramentas e formatos utilizados, mas também em níveis social e cultural, no momento em que o fluxo de atores e práticas se diversifica. Essa convergência de três níveis (AQUINO BITTENCOURT, 2012) é o pano de fundo de um campo no qual se

²Em Porto Alegre, em 2012, alguns protestos contra as obras da Copa, como a derrubada de um boneco inflável do Tatu – mascote do evento – já denunciavam a insatisfação da população com o governo municipal. <http://migre.me/fpfQz>

estabelece um enfrentamento diário entre publicações da mídia de massa e das mídias sociais – as quais são constituídas não só pela presença de cidadãos comuns, participantes e líderes de movimentos sociais, como também pela atividade de partidos e figuras políticas, e pela própria mídia de massa, que passa a utilizar sites de redes sociais e blogs como ferramentas de comunicação, ainda que muitos veículos desprezem possibilidades de interação e participação disponíveis no espaço online. O resultado é uma conjuntura social e política fortemente impactada por conteúdos que nascem das mais diversas origens e que, ao serem espalhados por diferentes redes, sofrem apropriações e reapropriações capazes de definir e redefinir rumos de protestos e manifestações. A influência de determinados nós nessas redes concentra assim parte do poder que rege a história a partir do espalhamento de publicações que circulam não só pelas mídias sociais, mas também pela mídia de massa.

A noção de espalhamento é pensada aqui a partir das argumentações de Jenkins, Ford e Green (2013), que não tratam apenas sobre o caráter distributivo de um modelo de comunicação recente, mas também sobre características específicas que ressaltam as diferenças entre modelos comunicacionais e os impactos técnicos, sociais e culturais de práticas decorrentes do uso das tecnologias digitais. A reflexão sobre esse modelo se estabelece ao mesmo tempo em que o esgotamento do modelo um-todos, segundo os autores, se torna mais visível à medida em que determinados conteúdos publicados sob tal modelo já não dariam mais conta das necessidades de um determinado público, que passa a reajustar mensagens de acordo com suas necessidades informativas. No entanto, ao mesmo tempo em que os autores falam sobre os indícios de um esgotamento desse modelo unidirecional, percebe-se um fortalecimento do mesmo, diante de um sobrepeso de *feedback*, visto que o conteúdo da mídia de massa acaba sendo discutido, questionado e recirculado no ambiente das mídias sociais.

2. Movimentos Sociais e o Campo Midiático do Século XXI

É nos anos 60, que os estudos sobre os movimentos sociais ganham espaço no mundo ocidental, com o estabelecimento de várias teorias e pela visibilidade que ganharam na sociedade, considerados então como fenômenos históricos concretos (GOHN, 2004). No final do século XX e, com mais força, nas primeiras décadas do século XXI, esses estudos ganham um novo viés a partir do desenvolvimento da web e das tecnologias digitais de comunicação, diante da apropriação de diferentes ferramentas para o estabelecimento de dinâmicas comunicacionais e organizacionais no cerne das ações coletivas. O emprego dessas novas dinâmicas por diferentes movimentos sociais, justifica, para Gohn (2004), que há, por parte desses movimentos, um questionamento de estruturas, que passa pela

proposição de novas formas de organização para a sociedade política, o que garante o seu enquadramento como inovadores e indicadores de mudança social.

Os protestos contra o aumento da passagem que iniciaram em Porto Alegre no início de 2013 e se espalharam por centenas de cidades do país mostram como a ampliação das reivindicações extrapolou a demanda inicial. As mobilizações cresceram à medida em que a repressão da polícia também crescia, de modo que o movimento ganhou o país, fragmentando a demanda inicial contra o aumento da passagem em diversas outras causas, já latentes, relacionadas ao problema da corrupção no país³. Diversas publicações online passaram a relatar que o movimento havia ganho novas dimensões e que a luta não era mais por alguns centavos, mas por direitos há muito negados e por novas formas de participação popular nos processos políticos. A mídia de massa ainda levou um certo tempo para chegar a tal conclusão mas, diferente da postura adotada em fatos políticos anteriores, passou a informar que a pauta de reivindicações dos protestos havia-se ampliado.

A atual configuração desses movimentos extrapola os meios tradicionais não só de organização das mobilizações, mas também de comunicação, contribuindo para alterações sobre as formas de comunicação interna entre seus membros e, ao mesmo tempo, para a reconfiguração das formas como se reportam à sociedade. Com a ampliação dos canais de comunicação, a partir da Internet, a circulação do conteúdo produzido pelo próprio movimento concorre pela atenção das audiências da mídia de massa. Ao mesmo tempo, esta mídia também ocupa espaços na rede, obtendo não só a visão sobre a circulação de conteúdos produzidos e compartilhados pelos movimentos, manifestantes e cidadãos, como também fazendo parte desse circuito ao produzir conteúdo para as mídias sociais. O fluxo de produção, circulação e consumo de informações ao mesmo tempo em que é ampliado, é diluído nos canais da imprensa dita oficial e nas redes pelas quais transitam não só os integrantes dos movimentos, mas também os jornalistas e produtores de conteúdo que trabalham em veículos da mídia de massa. O campo midiático dessas conjunturas políticas e midiáticas, em suas origens, se transforma no século XXI, a partir do desenvolvimento das redes e das possibilidades instauradas pelas mídias sociais. E não se trata apenas do surgimento de formas mais participativas e colaborativas, mas de transformações que interferem diretamente na busca pela atenção das audiências. Antoun e Malini (2011, online), ao abordarem tecnologias de vazamento, como por exemplo o Wikileaks,

³Após a veiculação na Rede Globo, de uma fala do comentarista Arnaldo Jabor, em que questionava os protestos em São Paulo, considerando que não haveriam de ser por causa de R\$0,20. A população prontamente respondeu ao comentário de Jabor com várias críticas nas redes sociais e até uma resposta do grupo Anonymous foi veiculada na web. Vídeo do Jabor: <http://migre.me/fpfHe> No dia 17 de junho, o grupo Anonymous hackeou o perfil do Twitter da Revista Veja e postou uma imagem com a frase “Não é por centavos, é por direitos”. <http://migre.me/fpfFA>

mencionam a criação de um regime de atenção próprio da internet, que deflaciona a visibilidade de altas doses das mídias tradicionais. O resultado desse regime, eles afirmam, se traduz na perda do monopólio da narração pertencente a grandes grupos de comunicação, já que na internet é possível além de conectar informações, ampliar o seu alcance através do compartilhamento.

Alguns dos atuais movimentos sociais, segundo Gohn (2010), apresentam novas formas de mobilização e atuação, com base no modelo de redes e, segundo a autora, a ideia de rede social ganha ainda mais importância, passando até mesmo a substituir a categoria movimento social. Ela diz que para alguns autores a rede se trata de uma ferramenta ou suporte dos movimentos, enquanto que para outros, a rede é uma construção do campo das práticas civis, em que a ideia de “público participante” substitui a de militante. O fato é que os movimentos se perfazem através de redes de pessoas que tiram do protagonismo em um determinado território, partidos políticos, sindicatos e outras entidades tradicionais. Não se trata da aniquilação de determinados atores, mas da configuração de um espaço de coexistência, no qual o fluxo de conteúdos se altera em função dessa ocupação.

Ao longo da história, Castells (2012) destaca os movimentos sociais como produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais ocorrem transformações em instituições da sociedade que passam por modificações para representar esses valores a partir da criação de novas normas sobre o convívio social. O exercício de um contrapoder por parte desses movimentos se dá através de sua autoconstrução através de um processo de comunicação autônoma, que não se submete ao poder das instituições. A trajetória estabelecida até o momento pelos movimentos sociais que deflagraram os recentes protestos no país é marcada por demandas antigas e formas de mobilização já conhecidas de outras décadas, mas os processos comunicacionais no dia a dia desses movimentos sofreram transformações capazes de influenciar a própria continuidade do movimento⁴.

Diante do desenvolvimento de comunidades decorrentes de novas tecnologias e das novas organizações em rede que elas potencializam, Antoun (2004, online) questiona o futuro do espaço democrático, considerando que a ordem social estaria abandonando as instituições e se constituindo em um território deslizando de movimentos sociais que ganham impulso através do uso, por exemplo, de dispositivos móveis de comunicação. Nesse sentido, ganham força e importância as reconfigurações nos movimentos sociais

⁴ Em post no dia 17 de junho de 2013, Raquel Recuero apontava o impacto da violência na continuidade e no crescimento dos protestos. A divulgação, nas redes sociais, da repressão policial através de atos de violência contribuiu para a escalada das manifestações nas ruas do país. <http://migre.me/fpfCI>

decorrentes dos usos e das apropriações de tecnologias digitais de comunicação na organização e nas dinâmicas comunicacionais desses movimentos.

No entanto, ainda há uma forte resistência questionadora, e em alguns casos na forma de um combate (por vezes literal) à mídia de massa, sobre possíveis manipulações regidas por interesses econômicos e políticos por parte de grandes grupos de comunicação. Vizer (2007) lembra como a preocupação sobre as relações entre meios de comunicação, poder e influência sobre diferentes públicos é algo latente desde o surgimento das primeiras formas de imprensa. Ao mesmo tempo em que se apresentam como “objetos de desejo”, explica o autor, os meios também se colocam como objeto de medo, diante da incerteza de sua apropriação por este ou aquele.

Na prática, o contrasenso dessa conjuntura é hoje menos perceptível do que aparente. Ao sofrerem alterações em função da popularização das mídias sociais, que se abrem como canais de livre publicação, os processos de produção, circulação e consumo adquirem o potencial de reestruturação pela diversidade de apropriações, de modo que a ideia de manipulação por parte dos meios de massa perderia forças diante do afrouxamento sobre o controle de tais processos. De todo modo, ainda há um rancor pelos meios de massa estampado não só nos discursos sobre os protestos, mas também nas ruas, quando as manifestações ocupam a frente de emissoras de televisão, por exemplo, e também expressado no próprio conteúdo que circula pelas redes⁵.

Percebe-se uma série de modificações em torno da circulação de conteúdos, que diferenciam o atual modelo de comunicação daquele em que somente o compunham televisão, jornais, revistas e rádio, ainda que não o anulem. Já não mais se trata do controle sobre os dispositivos de produção midiática, segundo Vizer (2007), mas sobre a detenção do monopólio dos processos de circulação. O que se infere, no entanto, das atuais práticas de circulação através das redes é a existência de um potencial de subversão de antigos modelos, cuja exploração já se inicia sob diversos formatos e práticas, mas cujos atores desses processos ainda insistem em questionar a função social dos meios de massa, desconsiderando suas próprias vias e instrumentos de comunicação, e subestimando o poder que tais instrumentos e seus usos em espaços diversos lhes permitiria de fortalecer novos modelos.

⁵Quando da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, jornalistas do Grupo RBS enfrentaram dificuldades para cobrir a ocupação, alegando terem sido impedidos pelos manifestantes de trabalhar no local. O movimento Bloco de Lutas pelo Transporte Público alegou que não houve impedimento a veiculação de informações sobre as manifestações pelos jornalistas da RBS <http://migre.me/frhxq> No dia 11 de julho, um grupo de manifestantes atirou dejetos de porcos na porta do jornal Zero Hora: <https://vimeo.com/70140852#>

Hoje, ao mesmo tempo em que se continua acompanhando estes meios, há uma possibilidade de construção, organização e auto reportagem de um movimento através das redes digitais, de forma orgânica, distribuída e, em muitos casos, desprovida de lideranças. A história é transmitida ao mesmo tempo em que é construída, mas agora não mais unicamente pelos meios de massa, mas em paralelo à produção de conteúdo dos atores sociais nela diretamente envolvidos, que contam com uma série de ferramentas e canais de comunicação que lhes permite questionar, contestar e subverter a pauta da imprensa. Por isso não há como insistir na ideia de esgotamento do modelo um-todos, proposta por Jenkins, Ford e Green (2013), justamente em função desse sobrepeso de *feedback* do que circula na mídia de massa através, por exemplo, do compartilhamento desses conteúdos nas mídias sociais. A convergência ultrapassa imbricações técnicas, nesse sentido, não se esgotando apenas nas possibilidades de combinações midiáticas, mas abordando também reconfigurações sociais e culturais ao se estabelecer em um contexto gerado por novos hábitos e práticas comunicacionais.

Partindo da premissa de que a mídia é importante não apenas para a cobertura de manifestações dos movimentos, mas também para a organização política dos agentes componentes de um determinado movimento, Dias (2007), aponta uma inversão da metáfora de Mata (1992) sobre o processo de midiáticação da política, que propõe que os acontecimentos políticos se desenrolam inicialmente na praça, para depois chegarem aos meios, ou seja, os fenômenos políticos acontecem primeiro na rua, mas também precisam da mídia para atestarem sua existência social. Nos últimos anos, o que se percebe, como explica Dias (2007), é que a ação política é inicialmente operada pelos movimentos já na mídia, desde o primeiro momento. As ações são organizadas e pensadas na mídia – e no caso a autora se refere à mídias radicais e de organização, que não fazem parte do que considera-se aqui como mídia de massa – ocorrendo assim uma midiáticação dos processos de organização. Ainda que haja uma inversão da metáfora de Mata (1992), a autora ressalta que ainda que essa organização já inicie midiaticada, as ações deflagradas nas ruas, também acabam em diversas mídias, da internet aos jornais impressos. Dias (2007, p. 205) afirma que “o modo da política contemporânea se configurar é perpassado pelos processos midiáticos”, da mesma forma como se pôde perceber a partir da diversidade de manifestações midiáticas que aconteceram antes mesmo dos protestos ganharem as ruas, e não apenas por parte das mídias tradicionais, mas principalmente a partir dos usos e apropriações das possibilidades das mídias sociais.

Por não poderem descartar o diálogo com as mídias de massa, Dias (2007) explica que diante da necessidade de visibilidade pública os movimentos precisam negociar com o campo midiático, mas observa que hoje o contexto se alterou. Se antes a política precisava se adequar às regras desse campo midiático, hoje os movimentos sociais adentram este campo como produtores finais de informação. Ela ainda alerta para o fato de que este campo se torna dividido internamente, diante das possibilidades adquiridas pelos movimentos sociais paralelas à permanência das mídias de massa que fazem parte de um sistema hegemônico industrial.

O movimentos, além dessa mudança na negociação com o campo midiático, ao adquirirem certa autonomia sobre a construção de sua visibilidade, também passam a lidar não só com os vieses técnicos, mas também com as implicações sociais e culturais dos usos de ferramentas diversas de comunicação. Jensen (2010) ao tomar como base a importância da ação social, destaca o papel dos indivíduos no estabelecimento dos processos comunicacionais nesse contexto onde as mídias digitais interagem com as de massa. Os indícios do funcionamento desse campo midiático, que passa por mudanças, são de um processo de recorrência de um meio a outro, de modo que se em um há apenas o consumo, em outro há a possibilidade de interatividade não só com o conteúdo, mas também com outros consumidores desse conteúdo. É nesse sentido que Jensen (2010) fala sobre a navegação dos indivíduos através de diferentes formatos e dispositivos de mídias para ter acesso a informações e outras pessoas que transmitem informações. Ele explica que em sua comunicação diária, o indivíduo estabelece trocas de turnos com pessoas e meios; navegando por diferentes mídias torna-se acessível pela comunicação e ganha acesso a outros comunicadores e mundos. Essa argumentação sobre comunicação baseada em trocas de turnos data da década de 70 e funciona de modo que turnos geram mais turnos, independentemente de serem no mesmo ou em diferentes meios, através de um revezamento de consumo de mídia em diferentes períodos do dia, já que os indivíduos acessam e fazem uso de diferentes meios e entram em contato com diversas pessoas em diversos momentos, por isso as trocas. Jensen (2010) diz que uma das principais atitudes que as pessoas possuem sobre os meios de comunicação é falar sobre eles e que elas fazem isso em turnos e sequências, em fluxos múltiplos, dentro e através dos próprios meios. O atual contexto é propício para tais práticas, ao oferecer uma diversidade de formatos midiáticos através dos quais os conteúdos podem ser objetos de conversação, debate, crítica e diálogo. Diversas ferramentas disponíveis na web permitem esse tipo de comunicação através de turnos e são todas ferramentas que disponibilizam além de espaços de

comunicação interpessoal, conteúdos midiáticos, de modo que, além de se configurarem como um espaço de disponibilização e armazenamento desses conteúdos servem como um espaço de fluxo de mensagens em torno desses, sobre esses conteúdos. Os usuários dessas ferramentas, sejam lá quem forem, por elas transitam acessando os conteúdos nelas publicados e podem, a qualquer momento, inserir mais conteúdo e comentar acerca desses conteúdos e das mensagens que eles mesmos e outros indivíduos inserem nesses espaços. Fica claro, dessa forma, que as questões de espalhamento e convergência regem os diferentes modelos que se enfrentam e coexistem diariamente nas mídias sociais e de massa. É então nos âmbitos dos movimentos sociais que busca-se refletir sobre esse tensionamento.

3. Movimentos Sociais sob a Ótica do Espalhamento e da Convergência

A partir de uma aproximação entre a noção de circulação com o contexto das audiências de massa, Jenkins, Ford e Green (2013), afirmam que hoje é possível falar sobre uma *mídia de espalhamento*. Os autores explicam que enquanto no modelo *broadcast* a circulação é pensada com base no controle dos conteúdos midiáticos de acordo com interesses comerciais, com o domínio da produção na mão de um pequeno número de produtores, a mídia de espalhamento funciona a partir de um modelo híbrido de circulação ainda emergente, que mescla forças de cima e de baixo e que regem o compartilhamento do conteúdo através de culturas diversas e de formas cada vez mais participativas, pelas quais os consumidores criam, compartilham e remixam conteúdos. É sob esta linha de raciocínio que os itens anteriores situam um quadro de coexistência entre a produção da mídia de massa e os cidadãos, enquanto produtores e compartilhadores de conteúdos, no espaço ocupado pelas mídias sociais. Trata-se de uma abordagem sobre um modelo baseado em distribuição que passa a coexistir com outro baseado na circulação⁶, e que interfere nas formas como as pessoas interagem entre si e também na condução de movimentos sociais, diante do enfrentamento entre as forças dos movimentos e o que é divulgado na mídia de massa, bem como da imbricação desses conteúdos através das redes. Fica claro que o modelo de espalhamento pressupõe a interligação de formatos diversos em um cenário marcado pelas relações entre diferentes meios de comunicação, de forma que a convergência, em seus aspectos técnico, social e cultural se torna um dos focos de observação.

Este modelo híbrido de circulação, emergente segundo os autores, mistura forças que vêm de cima e de baixo e que determinam como as mais diversas mensagens hoje

⁶Jenkins, Ford e Green (2013) falam em substituição de um modelo pelo outro.

podem ser compartilhadas por diferentes culturas através de formas mais participativas, como o boca a boca e o compartilhamento, que vêm conduzindo a maneira como as pessoas interagem entre si nos movimentos sociais deflagrados nos últimos três anos. Trata-se de uma cena midiática pervasiva, na qual o espalhamento se dá através de múltiplas possibilidades de visibilidade proporcionadas por diversos espaços informativos, segundo Corrêa (2013, online) em resenha sobre a obra dos autores.

As funcionalidades das tecnologias digitais funcionam, nesses casos, afirmam Jenkins, Ford e Green (2013), como um catalisador que reconceitualiza aspectos de cultura, repensa relações sociais e reimagina a participação cultural e política. No entanto, alertam eles para que não se conclua, equivocadamente, que as atuais formas de circulação, mais participativas, possam ser explicadas apenas pelo desenvolvimento da infraestrutura tecnológica, ainda que o fator tecnológico tenha um papel determinante nas recentes transformações. Suas abordagens colocam as lógicas sociais e as práticas culturais como as responsáveis pela habilitação e popularização de novas plataformas, questionando o motivo de o compartilhamento ter se tornado uma prática tão comum e atestando a imbricação entre os níveis técnico, social e cultural da noção de convergência que perpassa as práticas de compartilhamento.

Essa cena midiática pervasiva hoje é composta por exemplos diversos, que mostram também o crescimento do nível de aprendizado sobre o uso das redes, que impacta nas transformações em termos de modelos de comunicação. Jenkins, Ford e Green (2013) destacam que esse aprendizado contribui para o aumento do compartilhamento de conteúdos como uma forma de interação entre os indivíduos, gerando um conjunto de práticas sociais e culturais e de inovações tecnológicas que caracterizam o que ele chama de “*networked culture*”. É no contexto dessa cultura em rede que os autores citam práticas de recirculação, quando ocorre de meios tradicionais publicarem conteúdos de outros meios – prática já tão comum no ambiente digital. O que motiva tais práticas não chega a ser definido pelos autores, que preferem sugerir a configuração de um mundo onde uns querem contar com outros na rotina de compartilhamento de conteúdos, muitas vezes mais de uma vez ao longo de um dia. Vários são os motivos do compartilhamento e, segundo Jenkins, Ford e Green (2013) o recebimento de um conteúdo compartilhado implica em uma diversidade de novos significados potenciais em um texto, de modo que no momento dessa recepção não se pensa apenas no significado pretendido pelos autores originais, mas também nas intenções de quem compartilhou aquela informação.

Dessa forma, essa mídia de espalhamento consiste não só das possibilidades de distribuição potencializadas pelas ferramentas de fácil manuseio e publicação digital, mas principalmente por usos e apropriações que definem o espalhamento como fundamento de um modelo de comunicação que demanda uma reflexão sobre a posição das mídias tradicionais e das mídias sociais em um jogo midiático conduzido não mais apenas através de um esquema unilateral de comunicação. Há uma fusão de espaços e fluxos que anteriormente se situavam entre limites definidos, ao passo que hoje tais fronteiras já não se apresentam mais claramente delimitadas, e os intercâmbios e enfrentamentos entre atores diversos desse campo midiático são capazes de conduzir o desenrolar dos fatos.

Castells (2012) fala sobre um espaço de comunicação autônoma, a partir desse espaço em rede que se mistura com as práticas do espaço urbano e também por considerar a autonomia de comunicação como a essência dos movimentos sociais, uma forma que possuem de se relacionarem com a sociedade além do controle dos que detêm o poder sobre os meios de comunicação. A questão que surge é até que ponto essa autonomia prevalece quando no mesmo espaço em rede, de comunicação supostamente autônoma, também circulam conteúdos distribuídos por meios e veículos originariamente de massa. Além disso, há também que se direcionar o olhar para a diversidade de formatos e dispositivos utilizados hoje nesse espaço de redes marcado pelo compartilhamento, o que pressupõe um trabalho de observação acerca da convergência em termos técnicos e também em termos social e cultural em função de reconfigurações de rotinas produtivas e de comportamentos diversos deflagrados nas redes. Por fim, a questão que a convergência suscita também se relaciona com o desenrolar dos acontecimentos diante das dinâmicas nas redes, pois também pressupõe a reflexão sobre o impacto da multiplicidade de formatos midiáticos sobre um quadro que se desenvolve não mais a partir da rua, como teorizava Mata (1992), mas a partir das redes.

3.1. O espalhamento das redes às ruas e o papel da convergência

A dinâmica do Facebook ilustra curiosamente a articulação rua e rede. Há aqueles que estão presentes na primeira; há aqueles que estão na segunda. Os primeiros enunciam; Os segundos anunciam. Os primeiros, de dentro da mobilização, relatam. Os segundos, de dentro da rede, espalham e comovem. O “evento do Facebook” é uma espécie de desvio embutido na interface. O evento é algo que o próprio Facebook não sabe muito bem como controlar (você sabe onde fica a área de Eventos na interface do Facebook?) (MALINI, 2013, ONLINE).

Ao longo dos protestos deflagrados no Brasil a partir de junho de 2013, os eventos no Facebook se transformaram, junto com grupos e fanpages, um dos principais pontos de encontro nas redes digitais antes de os protestos acontecerem efetivamente nas ruas. Malini (2013, online) destaca que os eventos são como o velho fórum de discussão que sempre reuniu comunidades na rede, antes mesmo da popularização da web. O que difere o evento no Facebook de formatos anteriores, ele explica, é o fato de possuir o desaparecimento como horizonte. “Ele acontece. E uma vez pertencido a ele, o perfil pode publicar conteúdo multimídia de todo tipo”.

Malini (2013, online) direciona sua análise sobre a emoção dos perfis nesses espaços. O que interessa para este estudo, sem descartar a subjetividade dos perfis, é a apropriação desses espaços, por atores diversos, como um ambiente midiático que, teoricamente desprovido de controle por parte das mídias de massa, abre-se como um canal convergente de comunicação pelo qual transitam conteúdos diversos. Essa diversidade de conteúdos e atores que transitam não só pelos eventos no Facebook, mas pelas fanpages, grupos de discussão, perfis no Twitter, sites e blogs espalhados pela web, faz parte de uma conjuntura de convergência na qual os usos e apropriações tecnológicos, pautados por um modelo de espalhamento emergente, implica em transformações não apenas técnicas, mas também sociais e culturais que influenciam diretamente na pauta dos protestos e na evolução dos movimentos.

As possibilidades midiáticas oferecidas pelas mídias sociais expandem o campo midiático não só dos movimentos, mas dos cidadãos que, manifestantes ou não, se aproveitam das condições de mobilidade para espalhar um conteúdo muitas vezes não exposto pelas mídias de massa. É cada vez mais frequente a denúncia de atitudes omissas ou manipuladoras, por parte de canais de televisão, emissoras de rádios e jornais impressos sobre fatos ocorridos nos protestos nas ruas, ao mesmo tempo em que cresce o número de relatos, imagens, vídeos e publicações diárias sobre o que estaria de fato acontecendo nos protestos. O espalhamento desse conteúdo age como um aparato de vigilância por parte daqueles que anteriormente figuravam apenas como receptores dos conteúdos veiculados na mídia de massa; e essa vigilância é explicitada nas redes sob formatos diversos.

A presença da mídia de massa nas redes é garantida não apenas pelos próprios veículos, que através de seus perfis e páginas distribuem conteúdo para além de seus meios originários, mas também pelo compartilhamento desse conteúdo, feito por indivíduos que tratam de espalhar as informações veiculadas inicialmente na mídia de massa. No entanto, ledo engano é considerar que a mídia de massa seria central diante de tais práticas no

âmbito dos protestos. Malini (2013, online) explica que a autoridade da mídia de massa permanece, porém, a centralidade aparece nas mãos dos ativistas. “A popularidade diz os discursos que estão em disputa, mas não revela o poder de influência na produção da opinião pública”, afirma Malini. A centralidade acaba se concentrando nos ativistas em função das interações estabelecidas nas redes, de modo que por mais compartilhamentos ou *retweets* que um perfil de um veículo da mídia de massa receba, não é capaz de obter um caráter de centralidade pois, mesmo na rede, continua reproduzindo um modelo de comunicação unidirecional, apenas difundindo informações para milhares de seguidores.

O aparato tecnológico também passa a ser utilizado como instrumento de organização, assumindo assim um caráter estratégico no desenvolvimento e na condução dos protestos, ao reunir manifestantes – e até mesmo a mídia dita oficial – em espaços de publicação de conteúdo que assumem a característica de espaços que anteriormente eram físicos, como salas de aula, ginásios e até mesmo a própria rua que antes servia como o ponto de encontro para as discussões entre os engajados das lutas sobre o andamento de protestos e manifestações. Os eventos no Facebook assumem grande parte desse papel, ao reunirem os indivíduos e, ao mesmo tempo, servirem como espaço de discussão sobre o movimento e sobre conteúdos que circulam pelas redes e também pelas mídias de massa sobre o andamento dos protestos e manifestações. É no link do evento, na fanpage dos movimentos, nos grupos de discussão que não só a organização das ações será pensada e articulada, como também o conteúdo a ser espalhado pelas páginas e perfis com as ideias, posicionamentos e demandas dos movimentos, bem como os conteúdos que contestam a cobertura realizada pelas mídias de massa. A vigilância é constante e não se trata apenas de questionamentos em formato de texto, mas da produção de imagens, vídeos e áudios que circulam como resultado de buscas e vasculhamentos, na própria rede, sobre dados e informações calcados no ideal de transparência.

Em Porto Alegre, por exemplo, a indignação de grande parte dos manifestantes com a cobertura realizada pelo jornal Zero Hora, do Grupo RBS, afiliada da Rede Globo, acabou transformando o prédio do jornal em alvo declarado por alguns indivíduos em links de eventos de atos de protestos e perfis no Facebook. A atitude nas redes refletiu nas ruas, quando durante um dos atos contra o aumento das passagens, o prédio da Zero Hora foi cercado por agentes da Brigada Militar. Refletiu também no próprio jornal, fazendo com que os jornalistas da redação publicassem um manifesto sobre as ameaças ao jornal⁷. No dia 28 de junho, a fanpage “Manifesto Poa”, tida como uma das organizadoras dos protestos na

⁷ Manifesto: <http://migre.me/fpfpi> Acesso em: 03/07/13

cidade, publicou um post⁸ que incitava a revolta contra a mídia tradicional e grandes grupos de comunicação. Em outro post, no grupo do Bloco de Luta pelo Transporte Público, organizador dos atos contra o aumento das passagens em Porto Alegre, no dia 03 de julho um cidadão manifestava sua insatisfação contra um editorial da Zero Hora, ao mesmo tempo em que, nos comentários do post, era questionado por outro cidadão que diante do mesmo sentimento de insatisfação, defendia o boicote aos veículos que considerava parte do que chamava de “oligopólio da comunicação”⁹.

O boicote é livre, assim como o direito de protestar, tão amplamente defendido pelos manifestantes brasileiros diante das investidas das polícias militares e suas bombas de efeito moral, lacrimogênio e balas de borracha. Mas a questão aqui não trata sobre direitos, mas sobre possibilidades. É diante de reais alternativas de produção e circulação de conteúdos que movimentos sociais e cidadãos diversos encontram espaço dentro de um campo midiático onde o protagonismo já não mais pertence às mídias de massa. É, em boa parte nesse sentido, que Toret (2012, online) visualiza uma transformação mais do que aparente, vertiginosa, dos hábitos sociais e subjetivos a partir de uma socialização no espaço online; enxerga a efervescência de novas formas de organização e contrapoder, resultado do crescimento de capacidades tecnopolíticas de multidões conectadas: novas formas de organização, inteligência e ação coletiva.

Já está claro que a mídia de massa não mais se reduz à veiculação de imagens e análises de especialistas e comentaristas ao longo de seus programas e noticiários diários, mas busca também ocupar o espaço das redes, publicando conteúdos em perfis e páginas de redes sociais e até mesmo monitorando eventos, fanpages e grupos pertencentes aos movimentos e cidadãos que compõem a multidão formadora dos protestos. Antes mesmo dessa migração para a ocupação de espaços originalmente livres, já prevalecia, nesses próprios espaços, e fora deles, um ponto de vista que critica fortemente as maneiras pelas quais essa mídia tradicional escolhe para cobrir os protestos. A questão é clara, ainda que pouco percebida em diversos casos, e estimula, ainda que indiretamente, o crescimento do uso das mídias sociais com o objetivo de vigiar e “punir” a circulação dos conteúdos pelos fluxos entrelaçados que hoje compõem o campo. O espalhamento e a convergência, inerentes aos processos de circulação estabelecidos nas redes, contribuem para essa mútua fiscalização, ao mesmo tempo em que fornecem um leque de enfoques que amplia ainda mais as demandas reflexivas deste estudo.

⁸<http://migre.me/fpfqA> Acesso em: 03/07/13

⁹<http://migre.me/fpfxe> Acesso em: 03/07/13

Referências bibliográficas

- ANTOUN, H. **As Lutas da Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura**. In: VII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação: Comunicação, acontecimento e memória, 2004, Porto alegre, Anais do Intercom, 2004.
- ANTOUN, H.; MALINI, F. **Controle e Biolutas na Cibercultura: monitoramento, vazamento e anonimato na revolução democrática do compartilhamento**. In: Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: <http://migre.me/frhQ6> Acesso em: 11/07/13
- AQUINO BITTENCOURT, M.C. **Convergência entre Televisão e Web: proposta de categorização analítica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. 210p.
- CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope: social movements in the internet age**. Politik. Wiley, 2013.
- CORRÊA, Elizabeth Saad. **Uma reconfiguração cultural possível e viável**. In: Matrizes - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. v. 7. n.1. 2013. Disponível em: <http://migre.me/frhVQ> Acesso em: 03/07/13
- DIAS, R. De Souza. **Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global**. In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (ORGs.) *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2010.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JENKINS, H.; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. New York University, 2013.
- JENSEN, Klaus Bruhn. **Media Convergence: the three degrees of network, mass, and interpersonal communication**. New York: Routledge, 2010.
- MALINI, F. **A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags**. In: Blog do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura. 2013. Disponível em: <http://migre.me/frhU1> Acesso em 03/07/13
- MALINI, F. **Imprensa nas redes sociais: autoridade sem centralidade**. In: Blog do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura. 2013. Disponível em: <http://migre.me/frhSF> Acesso em 09/07/13
- MATA, Maria Cristina. **Entre la plaza y la platea**. In: SCHMUCLER, Héctor; MATA, Maria Cristina (coords.). *Política y Comunicación: Hay un lugar para la política en la cultura mediática?* Buenos Aires: Universidad Nacional de Córdoba: Catálogos Editora, 1992, p. 61-76.
- TORRE, Javier. **Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M**. In: *Comunicación y Sociedad Civil*. 2012. Disponível em: <http://migre.me/frhRx> Acesso em: 03/07/13.
- VIZER, E. **Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias**. In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (ORGs.) *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007.